



DOCUMENTO DE POLÍTICAS DA HABITAT III

2 – ESTRUTURAS URBANAS SOCIOCULTURAIS

29 de fevereiro de 2016

(versão não editada)





Esse Documento de Políticas da Habitat III foi preparado pelos membros da Unidade de Políticas nº2 e submetido no dia 29 de fevereiro de 2016, seguindo o modelo de Documento de Políticas fornecido pelo Secretariado da Habitat III.

As Unidades de Políticas da Habitat III são co-lideradas por duas organizações internacionais e compostas por no máximo 20 especialistas, reunindo diferentes profissionais de diversas áreas, incluindo academia, governo, sociedade civil e outros órgãos regionais e internacionais.

A composição da Unidade de Políticas nº2 e a Estrutura de Documentos de Políticas pode ser consultada no site www.habitat3.org.





RESUMO EXECUTIVO

Vivemos hoje em um mundo que é cada vez mais urbanizado e prejudicado por conflitos políticos e econômicos e pelos impactos relacionados às mudanças climáticas. Ao passo que a Nova Agenda Urbana olha para o futuro de modo a orientar o formato das cidades para os próximos vinte anos, esta Unidade de Políticas analisa formas de humanizar a Nova Agenda Urbana. O presente documento está alinhado com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que reconhece a necessidade de "intensificar os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo" como uma meta específica do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (Meta 11.4). Concentramo-nos, ao mesmo tempo, no desenvolvimento urbano, que é social e culturalmente inclusivo a todos os habitantes urbanos, bem como no potencial de formas sociais e bens culturais e identidades para impulsionar o desenvolvimento urbano mais sustentável e resiliente socialmente, economicamente e ambientalmente.

Visão: nós projetamos cidades onde os aspectos sociais e culturais da vida urbana podem contribuir para a inclusão e resiliência, assim como cidades mais centradas nas pessoas e habitáveis. Se as áreas urbanas devem realmente atuar como “motores de crescimento”, reduzir a pobreza e incluir todos os habitantes urbanos nos processos e benefícios do desenvolvimento é essencial para tornar as cidades melhores para todos. A Nova Agenda Urbana deve promover a inclusão de todos os habitantes urbanos, independente de cidadania, gênero, idade, deficiência, orientação sexual, situação econômica ou social ou origem étnica. Isto é particularmente importante para grupos marginalizados e vulneráveis, incluindo refugiados e migrantes, que frequentemente se sentem excluídos da vida urbana. Nossa visão é a de cidades e municípios seguros para os seus residentes e onde formas de cultura e atividades prosperem e a diversidade cultural promova paz e coesão social. As cidades devem integrar o patrimônio cultural material e imaterial e práticas criativas com o desenvolvimento urbano baseado na inteligência coletiva das pessoas ao reconhecer e valorizar a necessidade de que agentes culturais (artistas, historiadores, especialistas em patrimônio, produtores e gestores culturais, assim como os meios de comunicação) sejam envolvidos em processos urbanos. Ao contrário dos atuais modos de desenvolvimento urbano baseados em modelos de eficiência e racionalidade econômica homogêneos e universalizados, a Nova Agenda Urbana deve enfatizar o desenvolvimento urbano local enraizado e moldado pelas pessoas e comunidades que nela habitam. A organização espacial, os padrões e o desenho do espaço urbano podem promover ou prejudicar a coesão social, equidade e inclusão. A infraestrutura social e cultural é tão fundamental para tornar as cidades habitáveis como a infraestrutura básica.

Desafios Políticos: os desafios para alcançar tal visão urbana se encontram em várias dimensões. Em primeiro lugar, os benefícios da urbanização são partilhados de forma desigual e, em muitos contextos, uma proporção substancial de habitantes urbanos não consegue acessá-los. Em segundo lugar, o desenvolvimento urbano globalizado e homogêneo tem diminuído e ameaçado uma infinidade de diversos patrimônios materiais e imateriais em muitas cidades ao redor do mundo. A diversidade cultural, incluindo uma gama de instituições, práticas, visões de mundo, pessoas, formas, experiências, linguagens e sistemas de conhecimento, está sendo corroída ou





deliberadamente apagada ao assumir-se que comunidades são homogêneas e monolíticas. Em terceiro lugar, a exclusão social é reforçada pela construção de ambientes que não facilitam reuniões de pessoas, usos coletivos e a prática de diferentes culturas dentro deles. Práticas de subsistência informais, como vendedores de rua, são penalizadas e criminalizadas, enquanto segregações e tensões sociais aumentam através do desenvolvimento de condomínios fechados. Por fim, a migração e o súbito afluxo de grande número de pessoas deslocadas para cidades e municípios representam uma variedade de desafios, mas também são, economicamente, socialmente e culturalmente, grandes contribuições para as áreas urbanas. A migração é um fenômeno global que está transformando países, cidades e municípios em todo o mundo, incluindo a migração transnacional, refugiados que fogem de conflitos e violência ou aqueles deslocados internos por desastres e mudanças climáticas. As contribuições dos migrantes para a vida urbana muitas vezes permanecem ilegais e não reconhecidas, deixando-os vulneráveis e excluídos.

Ações Prioritárias, Desenho de Políticas, Implementação, Monitoramento e Atores-chave: As ações prioritárias para a Nova Agenda Urbana identificadas pela Unidade de Políticas integram a cultura e o patrimônio cultural no desenvolvimento urbano, salvaguardando bens culturais e promovendo a diversidade cultural; a abordagem da migração de todos os tipos, de interna à internacional, voluntária à forçada, e o desenvolvimento de estratégias para a inclusão de migrantes de forma que contribuam e se beneficiem das cidades; a redução da violência urbana e o reforço da segurança para todos; o planejamento e o desenho do ambiente construído e da infraestrutura social para mitigar a segregação e a exclusão e valorizar a diversidade de atividades sociais, culturais e econômicas. Para este fim, vemos processos participativos de desenho, planejamento e elaboração de políticas como uma ação transformadora fundamental que precisa ser institucionalizada na Nova Agenda Urbana em todas as fases, da identificação do problema à implementação, monitoramento e avaliação. Educação, capacitação e sensibilização para todas as partes interessadas são essenciais para possibilitar processos participativos sólidos. Diversidade e inclusão nos meios de comunicação e das TIC também são necessárias para apoiar o engajamento, informação e diálogo. As ações prioritárias que propomos só podem ser levadas adiante com sucesso através do envolvimento de todos os atores-chave, das autoridades públicas em vários níveis de governo e das indústrias de grande porte às pequenas empresas, ONGs e comunidades. Com base nestas prioridades, propomos desenhos políticos ilustrativos com indicadores e mecanismos de monitoramento para a participação da comunidade; habitabilidade da cidade; cultura e patrimônio cultural no desenvolvimento urbano; educação e capacitação; mídia e tecnologia; migração e refugiados; segurança e violência; e finanças, negócios, e mercado imobiliário.

Conclusão: Vemos a Nova Agenda Urbana como uma oportunidade de instituir processos de planejamento, desenho e formulação política de forma consistente e sistemática, que levará a paradigmas de desenvolvimento urbano inclusivos, centrados nas pessoas e culturalmente sensíveis. Portanto, o planejamento e o desenho das cidades e das suas políticas urbanas deve empoderar e possibilitar que diferentes grupos sociais superem as desigualdades sistêmicas e institucionais e as vulnerabilidades para tornar todos os habitantes urbanos agentes ativos para que construam e se beneficiem das suas cidades. Salvaguardar o patrimônio cultural material e imaterial, promover a





diversidade cultural e integrar cultura com desenvolvimento urbano contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas de redução da pobreza, igualdade de gênero e cidades seguras, inclusivas, resilientes e sustentáveis. A cultura contribui para tornar as cidades sustentáveis como um condutor do desenvolvimento econômico inclusivo; facilitador para a paz, coesão social, inclusão e igualdade; e na promoção da habitabilidade e sustentabilidade das zonas urbanas. Através de abordagens socialmente inclusivas, participativas e sensíveis à cultura para o desenho, o planejamento e as políticas da cidade, a Nova Agenda Urbana deve contribuir para que a visão de cidades sustentáveis se torne realidade.





1. VISÃO E ESTRUTURA DA CONTRIBUIÇÃO DO DOCUMENTO DE POLÍTICAS PARA A NOVA AGENDA URBANA

Como a Nova Agenda Urbana pode incluir estruturas socioculturais? Quais são as características principais de tal perspectiva? Como o foco nos elementos sociais e culturais da vida urbana pode ajudar a abordar futuros desafios de cidades e municípios, com atenção especial aos problemas de segurança, migração, equidade e igualdade?

As cidades e os municípios de hoje enfrentam os desafios da exclusão social, cultural e espacial, violência, investimento desigual, destruição e perda de bens culturais materiais e imateriais, além de ameaças mais amplas relacionadas às alterações climáticas e à migração em grande escala. Esses desafios só aumentarão em gravidade.

Portanto, a Nova Agenda Urbana apresenta uma oportunidade de impulsionar a visão das cidades centradas nas pessoas, inclusivas, resilientes e seguras; onde a diversidade cultural não é apenas respeitada, mas promovida como uma base para a estabilidade e sustentabilidade das sociedades urbanas. Esta é uma visão de cidades e municípios como refúgios, onde todos os residentes, independentemente da nacionalidade, condição social ou econômica, são capazes de se beneficiar da vida urbana; onde aqueles que se esforçam para contribuir socialmente, economicamente e culturalmente com o seu bairro, município ou cidade são capazes de fazê-lo; e para aqueles que buscam refúgio, que possam viver com dignidade, segurança e com a autoconfiança, até que possam voltar para casa ou que outra solução permanente seja encontrada. Ela define uma cidade que integra o patrimônio cultural e as práticas criativas ao desenvolvimento urbano, baseado na inteligência coletiva das pessoas, e onde a cultura e o patrimônio cultural promovam paz e coesão social e sociedades inclusivas, ao passo que ajudam a combater a violência urbana.

5

Este documento fornece orientação política sobre como a atenção aos aspectos sociais e culturais da vida urbana pode contribuir para a inclusão e resiliência, bem como para que cidades sejam mais centradas nas pessoas e simplesmente mais habitáveis.

1.1 Por cidades centradas nas pessoas

Não há um modelo único que possa ser promovido para as áreas urbanas, mas há uma "essência" à vida urbana. Ela é constituída por uma variedade de elementos, incluindo:

- Reconhecimento e respeito a uma diversidade de formas culturais, conhecimentos e práticas
- Convivência entre pessoas de diferentes contextos étnicos, sociais e de renda
- Diversidade do ambiente construído e sobreposição do velho e do novo
- Compreensão da natureza dinâmica e evolutiva das economias, das sociedades e do tecido de municípios e cidades
- Oportunidades para a interação humana positiva – com formas urbanas e espaços assim como outras pessoas

Estas podem ser consideradas "sensibilidades urbanas". Elas podem servir para "(re)humanizar" a cidade e atuar como um contrapeso à homogeneização, exclusão e violência.





Sensibilidades urbanas e práticas cotidianas devem receber a devida consideração na Nova Agenda Urbana, pois contribuem para que as cidades se tornem habitáveis e produtivas. Um foco em práticas cotidianas e uma compreensão da vida urbana pode ajudar a posicionar pessoas no centro do processo de planejamento de políticas públicas, ao invés do simples desenvolvimento da economia. A inclusão também pode ser promovida através de investimentos equitativos em infraestrutura social em cidades e municípios.

As áreas urbanas são muitas vezes descritas como "motores do crescimento", mas a promessa de redução da pobreza e do desenvolvimento não será cumprida se o foco permanecer puramente na economia e na rentabilidade dos investimentos. Os aspectos sociais e culturais da vida urbana - a maneira em que diferentes grupos da sociedade são capazes de se envolver, contribuir e se beneficiar do que as cidades e municípios têm para oferecer - são igualmente importantes. Este "valor de uso" dos municípios e cidades deve ser reconhecido, protegido e alimentado - como uma contribuição não só para o bem-estar fundamental dos habitantes urbanos em seu próprio direito, mas para sociedades urbanas produtivas e habitáveis.

1.2 Identidades urbanas de base local

A Nova Agenda Urbana pode ajudar a evitar a continuação da tendência de homogeneização - onde os padrões de investimento transformam municípios e, particularmente, cidades maiores, sem base no tempo ou espaço e servindo como meros recipientes de investimentos de capital. Hoje, em muitas cidades ao redor do mundo, a propriedade residencial é vista como um cofre, ao invés de lares para membros produtivos da sociedade integrados em um contexto social e cultural. Por vezes, essa abordagem resultou em bairros de prédios de luxo, deixados amplamente desabitados. Da mesma forma, os condomínios fechados limitam a interação entre as pessoas de diferentes condições sociais. O esvaziamento da identidade local e a segregação espacial gerada por esses tipos de investimentos pode acarretar uma sensação de privação de direitos da cidade e da sociedade urbana. Por outro lado, basear-se na diversidade da cultura e do patrimônio pode ajudar a promover sociedades pacíficas e coesas que servem de combate à violência urbana.

1.3 Ambientes inclusivos, seguros e baseados na dimensão humana

Assim, práticas e sensibilidades culturais urbanas são intimamente ligadas ao ambiente construído e como ele promove a interação social e oferece oportunidade para diferentes modos de vida. Existem ambientes construídos que dão espaço para o desenvolvimento da cultura e outros que asfixiam a diversidade e a inclusão cultural. A maneira pela qual podemos projetar, investir e utilizar o nosso ambiente construído - os bens, sistemas, serviços, formas espaciais, padrões e desenhos que compõem a cidade - pode promover ou prejudicar a coesão social, igualdade e inclusão e, por sua vez, determinar como sensibilidades e práticas cotidianas urbanas são destruídas, conservadas ou geradas.

O ambiente construído também é fundamental para garantir a segurança e proteção - através de espaços públicos que apoiam as atividades culturais, sociais e econômicas formais e informais, proteger de ameaças ambientais e fornecer segurança face à criminalidade e à violência.





1.4 Cidades propícias à coesão social e o respeito à diversidade

O ambiente construído pode facilitar o encontro de pessoas e incentivar os usos coletivos e a prática de diferentes culturas. Promover a interação social e o reconhecimento das diversas práticas culturais dentro das cidades possibilita a compreensão mútua e respeito. O encontro social no espaço público e a experiência de compartilhar a mesma condição urbana, como usuários do ambiente construído, reforça o sentimento de segurança e comunidade. Tudo isso contribui para uma maior coesão social. A Nova Agenda Urbana deve promover a inclusão de todos os habitantes urbanos, independentemente da nacionalidade, condição social ou econômica ou origem étnica. Isto é particularmente importante para os refugiados e migrantes, que muitas vezes estão entre os mais vulneráveis. Combater a xenofobia e o estigma é fundamental, assim como reconhecer que as cidades foram construídas não apenas com o trabalho de migrantes, mas também com a suas contribuições sociais e culturais. Os fluxos migratórios tem tornado - e continuarão a tornar - áreas urbanas dinâmicas, em constante evolução e centros de diversidade cultural.

A Nova Agenda Urbana deve reconhecer as diferentes maneiras através das quais as pessoas habitam e utilizam a cidade e demonstrar a apreciação de que as cidades e municípios podem reduzir as desigualdades econômicas ao mesmo tempo em que permite uma maior inclusão nas recompensas e nos benefícios do crescimento. Promover práticas cotidianas urbanas e a diversidade cultural pode, portanto, ser visto como um contrapeso para a homogeneização do ambiente urbano e como uma maneira de combater o estigma, a exclusão social e a violência.

1.5 Desenvolvimento urbano baseado na cultura

A governança urbana participativa com respeito aos produtores culturais é fundamental. A estrutura urbana sociocultural será incompleta a menos que as cidades sejam capazes de promover parcerias concretas entre o público (principalmente, os governos locais) e os agentes culturais (artistas, historiadores, especialistas em patrimônio, produtores e gestores culturais, bem como os meios de comunicação). Agentes culturais precisam ser reconhecidos, valorizados e envolvidos em todos os processos relacionados ao desenvolvimento urbano sustentável.

Bens culturais materiais e imateriais e práticas criativas devem ser integradas nos processos de desenvolvimento urbano, desde a concepção até a implementação. Cidades bem planejadas teriam integrado o patrimônio e as atividades culturais em seus planos diretores e planos estratégicos de modo que o impacto negativo do desenvolvimento sobre o patrimônio teria sido mitigado e os impactos positivos reforçados.

Quando planejado por seus usuários, um ambiente urbano leva em conta práticas espaciais e promove a proteção, segurança e acesso à habitação e serviços básicos. Isso deve ser facilitado por um governo urbano sensível trabalhando em parceria com as populações locais.





2. DESAFIOS DAS POLÍTICAS

2.1 Desigualdades urbanas persistentes contribuem para a fragmentação social e espacial

A desigualdade permanece um sólido desafio para cidades e municípios no século 21. Os benefícios da urbanização são partilhados de forma desigual e, em muitos contextos, uma proporção substancial de habitantes urbanos não tem a possibilidade de acessá-los. A privatização do espaço público, o investimento desigual em bens e serviços e a valorização podem levar ao deslocamento e excluem grupos inteiros de cidadãos. Aqueles particularmente afetados são as minorias étnicas, as comunidades de baixa renda, refugiados e migrantes. Dentre estes grupos, jovens, mulheres e idosos podem ser duplamente desfavorecidos. O principal desafio para as cidades do século 21 é a prestação equitativa de serviços urbanos (econômicos e sociais), como transporte, energia, água e saneamento, habitação e gestão de resíduos sólidos. Atualmente, em muitos casos, as estruturas sociais e a lógica espacial de zonas urbanas são tratadas isoladamente uma da outra. Para promover a equidade, inclusão e segurança na cidade, a Nova Agenda Urbana deve abordar o tecido social da cidade junto à sua infraestrutura, desenho e bens. Além disso, o acesso à cultura (bibliotecas, patrimônio, criatividade, novas mídias) deve ser levado em igual consideração se a transformação sustentável for levada a sério. Através de uma abordagem holística, será possível fazer progressos concretos para alcançar a equidade, o pertencimento e a segurança em áreas urbanas.

2.2 Crescentes ameaças ao patrimônio urbano e à diversidade cultural enfraquecem a coesão social e a resiliência urbana

Dada a ligação entre cultura, identidade e “*place-making*” (construção do espaço), outro desafio é promover ambientes construídos que reforcem a diversidade cultural, a inclusão, a equidade, a segurança e a coesão social. O patrimônio cultural deve ser levado em conta se queremos ambientes construídos que permitam a prosperidade das culturas. Em muitas cidades ao redor do mundo, o patrimônio cultural construído está ameaçado ou negligenciado e em perigo de destruição. Há falta de inventários do patrimônio cultural e dos produtores culturais, e meios de comunicação monopolizados, que promovem uma imagem homogênea das vilas e cidades. O patrimônio cultural é definido de forma limitada nas políticas e na implementação e, como resultado, os projetos de desenvolvimento são frequentemente colocados em oposição à sua preservação e práticas criativas. Enquanto desempenho de elite ou clássico e artes visuais são apoiadas em muitos países, inúmeras outras formas estão sendo perdidas a cada dia. Como forma de combate, programas educacionais para as artes e a cultura que abordam a diversidade cultural devem ser desenvolvidos.

A degradação ambiental e os riscos naturais, bem como os conflitos políticos e econômicos, também contribuem para a perda e destruição do patrimônio vivenciado das cidades e do conhecimento cultural. A importância crucial da resiliência cultural face aos desastres é largamente ignorada na redução e gestão de risco de desastres

2.3 A homogeneização de ambientes urbanos ameaça a diversidade cultural e a exclusão social

Em outro sentido, a globalização e a homogeneização não estão apenas resultando na padronização de ambientes construídos, mas também em identidades culturais e expressões cada vez mais homogeneizadas ou sendo denegridas como inferiores. Este é particularmente o caso de grupos





marginalizados, incluindo refugiados e migrantes. A cultura é contextual por natureza e varia de pessoa para pessoa e de lugar para lugar. O desafio é fortalecer a diversidade contra as tendências de globalizar ou de reduzir expressões culturais para a comercialização de produtos. A diversidade cultural, incluindo uma gama de instituições, práticas, visões de mundo, pessoas, formas, experiências, linguagens e sistemas de conhecimento, está sendo corroída ou deliberadamente apagada ao passo que se assume que as comunidades são homogêneas e monolíticas.

Da mesma forma, a exclusão social é reforçada por ambientes construídos que não facilitam reuniões de pessoas, usos coletivos e a prática de diferentes culturas dentro deles. Tendências como a arquitetura defensiva ou a privatização dos espaços públicos devem ser rejeitadas. Em vez disso, devem ser consideradas áreas de uso misto para pessoas de diversas origens e uso dos espaços públicos, que são acessíveis a todos, como parâmetros para os meios de vida, especialmente para os trabalhadores pobres.

2.4 A falta de coerência entre as políticas culturais e urbanas ameaçam a sustentabilidade urbana

Na maioria das cidades ao redor do mundo, leis e políticas em torno da proteção e gestão do patrimônio cultural e produção criativa são distintas daquelas focadas no desenvolvimento urbano. Esta divergência é prejudicial para ambos os bens culturais e o desenvolvimento urbano sustentável.

2.5 Os direitos culturais permanecem ignorados ou insuficientemente respeitados

Abordagens baseadas nos direitos humanos para proteger e usufruir o patrimônio cultural e expressões culturais e criativas são frequentemente negligenciadas. Além disso, os direitos culturais são mal compreendidos. Por um lado, alguns abusos levaram à instrumentalização da cultura, na tentativa de justificar a violação dos direitos humanos. Por outro lado, algumas abordagens com o objetivo de defender os direitos humanos podem ser impostas sem levar em consideração as especificidades culturais. De acordo com a *Advance Edited Version of the Report of the Special Rapporteur* no campo dos direitos culturais (Fevereiro de 2016), "a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (artigo 4º) salienta ainda que ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional nem para limitar seu alcance". Os direitos culturais "estão firmemente inseridos no âmbito dos direitos humanos universais. Assim, a implementação dos direitos humanos deve levar em consideração o respeito pelos direitos culturais, assim como os direitos culturais devem levar em consideração o respeito por outras normas universais dos direitos humanos".

2.6 As comunidades devem ser fortemente apoiadas no intuito de contribuir para o planejamento e a gestão urbana

Nesse quesito, um outro desafio é garantir que as comunidades se envolvam e trabalhem com as autoridades locais. Para isso, a capacidade das pessoas de contribuir para o planejamento e gestão das cidades deve ser reforçada através da educação voltada para a participação. A capacidade de comunicação do Governo também deve ser melhorada e termos técnicos devem ser removidos desses processos. A questão central a ser abordada é a de ampliar o âmbito dos processos de participação dos cidadãos. Os habitantes urbanos devem desempenhar um papel nas decisões relacionadas ao ambiente ecológico, social, econômico, político e cultural. Atualmente, os mais





excluídos desses processos são aqueles com altos níveis de vulnerabilidade, incluindo mulheres e crianças, idosos e pessoas com deficiência. Isso resulta em desrespeito às suas necessidades nas políticas urbanas.

2.7 O ambiente construído deve ser projetado de forma a garantir a segurança e promover a inclusão

Outro desafio para as cidades hoje é garantir que os ambientes construídos abordem a segurança em todas as suas dimensões. Isso inclui a segurança da criminalidade à violência, bem como a proteção contra desastres naturais e riscos ambientais causados pela poluição do ar e da água, falta de saneamento e acidentes industriais. Um aspecto adicional da segurança e da proteção em áreas urbanas está vinculado à economia informal urbana, sem a qual grandes faixas da população seria ainda mais vulneráveis. Como tal, devem ser tomadas medidas para melhorar e incluir as práticas de subsistência dos trabalhadores informais, em vez de penalizar ou criminalizar os trabalhadores informais e enfraquecer ou destruir suas atividades. Em cidades ao redor do mundo, vendedores ambulantes conquistaram espaço no que a Associação de Trabalhadoras Autônomas (SEWA) chama de "mercados naturais" - perto de plataformas de transportes ou instituições públicas - para vender bens aos transeuntes. Quando estes mercados naturais são destruídos e os vendedores são despejados, a diversidade econômica também pode ser gravemente afetada. No longo prazo, isso pode levar a uma maior insegurança nas cidades, já que vendedores de rua e recicladores informais contribuem para a segurança em espaços públicos. Em suma, o desafio é superar a insegurança e a violência em cidades que resultam da exclusão social, dos riscos ambientais e da desigualdade econômica, social e política.

10

2.8 O Desenvolvimento de competências locais e aproveitamento do capital humano é um dos principais desafios para as cidades

Muitas das cidades e municípios de hoje também enfrentam as consequências dos impactos negativos da globalização por causa de um entrelaçamento de problemas relacionados ao financiamento limitado, à capacidade limitada do governo, à falta de dados, à falta de planejamento urbano integrado, à governança desarticulada, incluindo altos níveis de corrupção, e à ausência de arcabouços jurídicos necessários para apoiar a diversidade cultural. O papel das prefeituras deve ser encorajado e reforçado pela melhoria do capital humano através de equipe técnica diversificada que inclui especializações diferentes e treinamentos profissionais. Os governos locais são os mais próximos dos desafios da vida cotidiana das pessoas e conscientes das diferenças culturais dentro de suas jurisdições. Eles devem ser empoderados de forma a garantir a igualdade de acesso à cultura, educação e serviços de saúde e infraestrutura social para todos os cidadãos, oferecer oportunidades de trabalho e um ambiente econômico diversificado e tornar possíveis diversas práticas culturais.

2.9 O acesso aos recursos culturais e de comunicação continua insuficiente

A promoção de conteúdos de mídia local fornece uma plataforma para compartilhar e expressar o conhecimento e a experiência local, abrindo caminhos para novas expressões, trocas, interações e entendimentos criativos. Ao adotar uma abordagem centrada nas pessoas para o desenvolvimento urbano, o papel das indústrias culturais e criativas é de crucial importância, determinando não





apenas como o conteúdo é criado, mas como ele é produzido, distribuído e utilizado. Todos os habitantes das cidades devem ter acesso aos meios de expressão e difusão como garantia de sua diversidade cultural.

Muitos estados adotaram leis sobre a publicidade comercial e de marketing, mas estas permanecem, em sua maioria, autorreguladas. Estas práticas têm uma influência crescente sobre a comunicação cultural e simbólica dentro das cidades e, mais amplamente, sobre a diversidade cultural de seus habitantes.

Veículos audiovisuais e de comunicação devem ser acessados e possuídos por aqueles que geram o seu conteúdo. Cidades enfrentam desafios quando não sediam ou possuem tais veículos e, portanto, são incapazes de produzir seu próprio conteúdo cultural e garantir a sua divulgação. Além disso, enquanto a tecnologia tem gerado novas formas de aproximar pessoas e aberto novos caminhos de desenvolvimento para a expressão criativa, limites de acesso a esses recursos podem criar ou formar a fragmentação e a exclusão social existente, em especial para grupos e indivíduos marginalizados ou vulneráveis. O desafio é construir as condições e os mecanismos necessários para que o acesso e a participação nos meios de comunicação, cultural e das indústrias criativas não só seja ampliado, mas assegurado, a nível local.

2.10 O potencial das migrações para o desenvolvimento urbano deve ser mais reconhecido e valorizado

O desafio relacionado à migração e o deslocamento de hoje é tornar as cidades e municípios lugares onde os recém-chegados podem contribuir para o desenvolvimento urbano com o seu trabalho e sua cultura. A migração é um fenômeno global que está transformando países, cidades e municípios em todo o mundo. Embora pesquisas demonstrem as contribuições positivas que os migrantes podem fazer às economias que os acolheram e às suas de origem quando suas energias e ambições são exploradas de maneira positiva, as contribuições dos migrantes internacionais são muitas vezes medidas apenas em termos de remessas que enviam para seus países de origem. Os migrantes podem não ser integrados na economia formal ou podem realizar trabalhos abaixo de seu nível de habilidade. Esta é uma preocupação especial para as mulheres migrantes, cujas condições sociais e contribuições econômicas são muitas vezes subestimadas e cujo trabalho pode não ser legalmente reconhecido.

Juntamente com as mudanças demográficas provocadas pela migração nacional, regional e internacional de trabalhadores, atualmente, o mundo também atravessa uma crise de deslocamento forçado, que é predominantemente urbana em sua natureza. Mais da metade de todos os refugiados e pessoas deslocadas internamente (PDI) têm procurado refúgio em municípios e cidades. Fluxos de deslocamento forçado incluem refugiados que fogem de conflitos; refugiados que já procuraram asilo em um país, mas decidiram buscar um futuro melhor em outro; deslocados que foram forçados a se mudar por causa do conflito e da violência; e aqueles que se deslocaram internamente ou através das fronteiras por causa de desastres "naturais" e outros eventos relacionados ao clima. Acontecimentos recorrentes, tais como inundações, secas, ciclones e





mudanças nos padrões de temperatura e precipitação, podem ter um enorme impacto nas zonas rurais, onde os indivíduos e as famílias são eventualmente obrigados a se mudar para sobreviver à migração induzida por mudança climática, podendo ser compreendidos como “processos lentos induzidos por desastres” e migração econômica. O que conecta todas essas populações é o fato de que a maioria delas vai acabar em áreas urbanas – em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Ao longo dos anos, as áreas urbanas absorveram migrantes e outras pessoas deslocadas, o que possibilitou que se tornassem dinâmicas, em constante evolução e, em muitas partes do mundo, centros de diversidade. Assim como locais de oportunidades potenciais, municípios e cidades devem se transformar em locais de refúgio para aqueles que fogem da violência, conflito e perseguição. Os ODS fazem uma referência específica às populações migrantes e refugiadas e devem fazer parte de todos os esforços para promover sociedades pacíficas e inclusivas, regidas por leis e políticas não discriminatórias e políticas que promovam o desenvolvimento sustentável. Migrantes e refugiados são frequentemente alvos de estigma, racismo e violência xenófoba. Onde são separados das outras populações urbanas e sem direitos básicos e prerrogativas, migrantes e comunidades deslocadas podem recorrer a opções de subsistência e soluções de habitação precárias ou ilegais. Estas vulnerabilidades podem ser agravadas por barreiras linguísticas, falta de familiaridade com normas e costumes locais, isolamento social e consciência limitada dos seus direitos, prerrogativas ou onde procurar ajuda.

Além disso, a grande maioria dos refugiados em todo o mundo procura segurança na região vizinha ao seu lugar de origem, onde as prefeituras que os acolhem podem não ter os meios e as capacidades para responder adequadamente às necessidades dos migrantes e lidar com a enorme pressão sobre os serviços urbanos que são utilizados e confiados igualmente pelos refugiados e pelas comunidades que os acolheram. Por exemplo, soluções de curto-prazo baseadas em campos de refugiados podem causar problemas em longo prazo: campos tornam-se permanentes, com péssimos padrões de vida, desconectados dos sistemas vitais da cidade. No entanto, fora dos campos, a principal alternativa para os refugiados e deslocados que chegam sem recursos (ou uma vez que estes estão esgotados) é a de se deslocar para áreas informais da cidade onde eles são expostos a riscos naturais e outros, incluindo a contaminação ambiental. Em situações em que os desastres deslocam pessoas de uma parte da cidade para outra, novos assentamentos informais podem ser criados espontaneamente, sem a assistência que poderia reduzir o risco em caso de futuros desastres ou facilitar a eventual prestação de serviços básicos para a área. Por estas razões, as cidades precisam estar mais bem preparadas para absorver as populações migrantes e deslocados de modo seguro e digno. Isso deveria ser incorporado nos sistemas e processos de planejamento urbano. O objetivo de municípios e cidades inclusivas, seguras, fortes e sustentáveis deve englobar todos os residentes urbanos, sejam legalmente “cidadãos” ou não.





3. PRIORIZANDO OPÇÕES DE POLÍTICAS - AÇÕES TRANSFORMADORAS PARA A NOVA AGENDA URBANA

Os desafios da exclusão social sistemática, a violência e o investimento irregular em áreas urbanas, a pobreza persistente, a frequência crescente de conflitos prolongados em níveis regionais e locais, bem como fatores emergentes "perturbadores" relativos às alterações climáticas e à migração em grande escala, demandam que municípios e cidades integrem os aspectos sociais e culturais da vida urbana nos sistemas e ações políticas locais e nacionais. As recomendações de políticas a seguir irão fornecer às autoridades nacionais, regionais e locais a orientação estratégica sobre as prioridades e políticas para promover diversidade cultural e criatividade, identidade comunitária coesa e assegurar ambientes construídos seguros, vibrantes, inclusivos e resilientes, em linha com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento sustentável, que reconhece a necessidade de "intensificar os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo" como uma meta específica do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11.

3.1 Priorizar processos de elaboração de políticas participativos e centrados nas pessoas

- Institucionalizar a participação dos cidadãos nos processos de decisão do desenvolvimento, regeneração e reutilização adaptável urbana para garantir a integração do conhecimento e da experiência local, a proteção das paisagens históricas e uma série de marcos culturais (incluindo grandes monumentos e lugares comuns que são culturalmente significativos para as comunidades locais) e um aumento na propriedade política e eficácia. Isso também deve incluir o estabelecimento de processos de orçamento participativo.
- Investir em uma vasta gama de serviços de infraestrutura social, incluindo espaços públicos formais e informais, ruas habitáveis, infraestrutura de sistemas de transporte e alimentos e redes, promover conexões sociais e redes da comunidade, melhorar a segurança pública e manter valores, práticas e bens do patrimônio cultural.
- Avaliar e promover as tradições e práticas relacionadas aos sistemas de solidariedade, a partilha de terra comum e de bens, sistemas de troca não monetários e as práticas ecológicas e de conservação de recursos (alimentos produzidos localmente, materiais e habilidades de construção locais, reciclagem de resíduos e práticas de reutilização, práticas de conservação da água, etc.)

3.2 Fomentar uma governança urbana local e culturalmente sensível

- Reforçar as conexões entre os contextos e prioridades locais urbanas, estruturas nacionais, legislação e abordagens para garantir que a diversidade do patrimônio cultural e das realidades territoriais sejam devidamente priorizadas nas políticas nacionais e regionais.
- Certificar-se de que os projetos básicos de infraestrutura priorizem o contexto local, o patrimônio cultural e a diversidade de usos para manter um senso de lugar e da identidade cultural de cidades e municípios.
- Promover parcerias entre as partes interessadas públicas, privadas, da sociedade civil e acadêmicas para catalisar a cooperação de caráter inovador, intercâmbio de conhecimento e





mecanismos inclusivos de tomada de decisão.

- Garantir uma governança transparente e responsável pela infraestrutura cultural, particularmente a infraestrutura de financiamento público, incluindo a participação da sociedade civil nos órgãos de governança.

3.3 Incorporar a cultura e a criatividade nos instrumentos e estratégias de planejamento

- Incorporar considerações de patrimônio cultural ao planejar instrumentos, incluindo planos diretores, diretrizes de zoneamento e as políticas estratégicas de crescimento, de modo a garantir uma gama diversificada de bens e paisagens culturais materiais e imateriais.
- Incluir uma prioridade política ou ação de "cultura urbana e patrimônio" nas estratégias urbanas, particularmente em todas as estratégias urbanas de regeneração e desenvolvimento baseadas na área (centro das cidades, assentamentos informais, bairros desfavorecidos) para garantir um sentido de identidade da comunidade e promover conexões sociais e melhores padrões de vida para as pessoas que vivem nessas áreas.
- Garantir que todos os governos locais desenvolvam um plano cultural local de longo prazo com processos participativos abertos, o que está intimamente e operacionalmente relacionado à estratégia urbana de longo prazo.
- Incorporar a cultura na redução do risco de desastres e planos de resiliência às alterações climáticas, particularmente o conhecimento, as tradições e prioridades locais para salvaguardar o patrimônio vivo dos bairros (contexto construído) e identidade da comunidade (contexto social).
- Priorizar políticas urbanas que adaptam e promovem espaços públicos abertos, flexíveis e seguros que catalisam a inovação e a experimentação em todos os distritos urbanos e bairros.

14

3.4 Promover o acesso à cultura e o respeito aos direitos culturais de todos

- Reconhecer e garantir o acesso aos serviços culturais como um serviço urbano básico (museus, escolas de arte, bibliotecas, teatros e monumentos) através de políticas adequadas e sistemas institucionais, de modo a facilitar interações sociais e relacionamentos, capacitar as pessoas e permitir a expressão das suas identidades culturais e o reforço da capacidade da comunidade de absorver, adaptar e recuperar-se de uma grande variedade de impactos climáticos, econômicos, políticos e sociais.
- Implementar um programa de longo prazo para a arte contemporânea, a inovação e a experimentação, com espaços adequados de trabalho e projetos comunitários em todos os distritos urbanos e bairros, incluindo arte pública.
- Promover em todas as cidades e municípios o acesso a direitos culturais e "o direito de todos a participar na vida cultural", com um enfoque especial sobre a liberdade de expressão, a diversidade das expressões criativas e o patrimônio.
- Abordar os direitos de posse dos povos indígenas para garantir seus direitos e promover o desenvolvimento econômico diversificado e inclusivo.
- Enfatizar a igualdade de gênero nas políticas e programas culturais com vista a reconhecer, promover e aumentar a visibilidade e a situação das contribuições das mulheres para atividades culturais.





3.5 Fortalecer componentes culturais em programas e estratégias de educação e de desenvolvimento de competências

- Desenvolver programas educacionais culturais que representam uma variedade de expressões culturais e criativas, incluindo patrimônio, e promover a visibilidade das atividades culturais de populações historicamente marginalizadas e vulneráveis.
- Aumentar a especialização e sensibilização de práticas socioculturais e princípios entre as autoridades locais e nacionais para garantir que as políticas de protejam e promovam práticas culturais vivas e patrimônio.

3.6 Ampliar a conscientização e promover o reconhecimento da diversidade cultural através da mídia e da tecnologia

- Investir em infraestrutura básicas de telecomunicação para permitir comentaristas da mídia e da comunidade local compartilhem histórias da tradição cultural local e da identidade da comunidade através de múltiplas plataformas, incluindo TV, rádio, imprensa e internet para ajudar a criar um senso de comunidade e envolver uma ampla gama de habitantes urbanos.
- Garantir a diversidade de meios de comunicação locais, incluindo emissoras públicas e privadas de todos os tamanhos, para promover a integração da diversidade cultural e da opinião pública nos processos de tomada de decisão locais.
- Uso da mídia social para sensibilizar para as questões socioculturais urbanas agudas e iniciar discussões sobre projetos e programas relacionados com a cultura, incluindo planos para a reabilitação / renovação de locais particulares, bairros, espaços públicos abertos e paisagens culturais.
- Fazer a TIC e a comunicação digital acessível a artistas e produtores culturais, especialmente mulheres, pessoas marginalizadas e vulneráveis.

3.7 Reconhecer e promover o potencial de migrações para o desenvolvimento urbano

- Reconhecer que a migração é um fenômeno inevitável, seja internacional, interno, voluntário ou forçado, e assegurar que as cidades sejam capazes de absorver as populações adicionais de formas dignas e contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável em longo prazo.
- Certificar-se de que as cidades podem fornecer um abrigo seguro para os refugiados e outras pessoas deslocadas à força ao prestar assistência e aconselhamento aos recém-chegados, promover a sua autossuficiência e encorajar a sua integração na comunidade. Isso exige mais campanhas públicas de nível urbano para mudar as percepções negativas dos migrantes e pessoas deslocadas.
- Certificar-se de que os processos de planejamento urbano respondam às mudanças nos padrões de migração e levem em consideração seus impactos sobre o desenvolvimento urbano sustentável local. Processos de planejamento também devem garantir que centros urbanos pequenos e médios sejam capazes de absorver migrantes adicionais e populações deslocadas, de modo a reduzir a pressão sobre as capitais densamente povoadas e outras grandes cidades. Da mesma forma, a resposta emergencial a movimentos de migração em larga escala deve ser





esclarecida através de um planejamento de longo prazo e das preocupações de desenvolvimento sustentável.

- Possibilitar a contribuição de pessoas deslocadas para as economias locais e nacionais através do apoio à sua integração no mercado de trabalho formal.
- Facilitar o acesso de pessoas deslocadas à força a serviços e ao apoio jurídico por meio de políticas nacionais e locais, em colaboração com os atores internacionais, se for o caso (em particular no que diz respeito à posse e contratos de aluguel), e fornecer informações sobre direitos, prerrogativas e serviços disponíveis de forma acessível às pessoas de diferentes origens e idiomas.
- Garantir apoio suficiente às cidades e municípios que hospedam pessoas deslocadas à força (refugiados, deslocados internos) ao fornecer transferências financeiras que lhes permitam lidar com a pressão adicional sobre os serviços urbanos, desenvolvendo sua capacidade de resposta às crises de deslocamento e envolvendo-as na formulação e implementação de políticas de migração e dos refugiados.
- Introduzir conceitos de migração e deslocamento nos currículos universitários relacionados, tais como planejamento urbano.

3.8 Garantir a segurança e combater a violência urbana através de políticas urbanas

- Contribuir para cidades mais seguras e para o direito à cidade melhorando a polícia e os serviços de segurança com o objetivo de proteger as populações vulneráveis, incluindo os migrantes e refugiados, da violência e perseguição.
- Reconhecer a contribuição para a economia local e para a segurança pública de vendedores ambulantes e outros cujos meios de subsistência dependem do acesso ao espaço público e garantir que eles sejam capazes de exercer os seus meios de subsistência sem assédio.
- Criar ou fortalecer o capital social através da promoção de modelos de negócios alternativos, como as cooperativas baseadas na solidariedade e colaboração.





4. PRINCIPAIS ATORES PARA A AÇÃO – INSTITUIÇÕES FACILITADORAS

A implementação das recomendações políticas propostas não só requer o envolvimento de uma ampla variedade de atores, mas também depende da coordenação eficaz desses atores e alinhamento do trabalho realizado a nível nacional e local.

4.1 Governo central / autoridades nacionais

- Garantir que os arcabouços jurídicos sejam constituídos para facilitar a participação dos cidadãos, e que sejam refletidos nos orçamentos nacionais e locais.
- Investir nas cidades e municípios para garantir infraestrutura social e patrimônio cultural para todos.
- Estabelecer espaços de diálogo para promover políticas nacionais e para garantir que as perspectivas dos governos locais sejam ouvidas.

4.2 Governo/autoridades locais

- Fortalecer a participação de diferentes atores em processos participativos em nível local.
- Promover a segurança e a inclusão nas cidades através de arcabouços legais que fomentem a diversidade cultural, diferentes práticas de trabalho e usos dos espaços públicos, em especial para grupos marginalizados e vulneráveis como as mulheres, os migrantes e os refugiados.
- Reforçar a responsabilidade local no planejamento, zoneamento e planos diretores e investimentos nas cidades.
- Reforçar o alinhamento entre os sistemas locais e nacionais. Isto deve ser realizado através da integração do trabalho de planejamento urbano, programas sociais e culturais e iniciativas no âmbito dos sistemas nacionais e da garantia de que as decisões sobre os serviços e infraestrutura a nível nacional sejam adaptadas às necessidades e exigências locais.
- Assegurar que os funcionários do governo local promovam a diversidade da área urbana com base na sua compreensão da dinâmica social, do patrimônio cultural e dos bens criativos de seus municípios e cidades para apoiar a integração de fatores sociais e culturais no planejamento e na vida pública.

4.3 Sociedade Civil

- Atores e grupos relevantes da sociedade civil (ONGs, organizações de base, grupos de bairro, voluntários, organizações religiosas, líderes comunitários, grupos de advocacia, sindicatos e associações profissionais relevantes, entre outros) deverão conduzir processos participativos e exigir espaço para o diálogo com governos centrais e locais.
- Fortalecer o engajamento com as comunidades, desenvolver demandas, visões e propostas para o ambiente construído e apoiar as práticas urbanas, inclusão, capacitação e proteção do patrimônio cultural material e imaterial.
- Reconhecer e promover o papel dos grupos comunitários locais na criação, ativação e implementação das prioridades sociais e culturais nas cidades. Atores da comunidade também desempenham um papel ativo como mediadores locais e para transpor as lacunas entre as pessoas locais e as instituições formais e autoridades.





- Conduzir a comunicação sobre os riscos de desastres e questões de segurança nas cidades.

4.4 Academia

- Apoiar a promoção e transmissão de práticas culturais.
- Envolver-se no desenho e implementação de políticas através de Escolas de Planejamento Urbano, Geografia Humana e Sociologia, entre outras.
- Apoiar a tomada de decisão baseada em evidências, fornecendo análises fundamentadas em pesquisas e estudos / levantamentos sistemáticos de processos socioculturais que ocorrem em áreas urbanas.

4.5 Mídia

- Promover o patrimônio cultural e a diversidade das expressões culturais.
- Impulsionar a tecnologia como uma ferramenta para apoiar as comunidades locais e os diversos grupos culturais.
- Participar de acordos para promover diversos conteúdos e formas de projetar e utilizar espaços públicos.

4.6 Organizações Internacionais

- Reforçar as ações políticas para a conservação do patrimônio cultural, a diversidade das expressões culturais e a promoção dos municípios e cidades para todos (ONU Habitat, UNESCO e OIT - e observatórios urbanos)
- Assegurar que o trabalho com a migração e o deslocamento seja adaptado ao contexto urbano e realizado em colaboração com os governos locais e a sociedade civil local (ACNUR, a OIM e OCHA)
- Apoiar investimentos no patrimônio cultural e nas expressões criativas (BID, Banco Mundial e bancos regionais, como o CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina, entre outros).

4.7 Setor Privado

- Aderir aos arcabouços legais estabelecidos para as ações em municípios e cidades e desenvolver iniciativas por meio de parcerias público-privadas ou outras formas de colaboração.





5. DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS

As ações prioritárias identificadas para a Nova Agenda Urbana procuram integrar a cultura e o patrimônio cultural com o desenvolvimento urbano, salvaguardar os bens culturais e promover a diversidade cultural, bem como abordar a migração voluntária e forçada e o desenvolvimento de estratégias para a sua inclusão, reduzir a violência urbana e melhorar a segurança para todos. Estas ações não só devem ser levadas adiante por meio do engajamento entre as diversas partes interessadas, mas também através de processos participativos de desenho, planejamento e formulação de políticas. Estas são ações transformadoras fundamentais que precisam ser institucionalizadas em todas as fases, da identificação do problema à implementação, monitoramento e avaliação, e apoiada através da educação, desenvolvimento de competências e sensibilização.

Os governos nacionais e locais devem elaborar orientações políticas que incorporem formas de introduzir e reforçar a participação dos cidadãos. Estes processos e mecanismos (incluindo conselhos, comitês, fóruns, etc.) devem ser implementados e oportunidades para engajamento devem ser tornadas públicas. Programas de educação para a cidadania são essenciais nesses esforços.

O planejamento e desenho efetivos do ambiente construído e da infraestrutura social serão cruciais para mitigar a segregação e a exclusão e aumentar a diversidade de atividades sociais, culturais e econômicas. Da mesma forma, diversidade e inclusão nos meios de comunicação e das TIC servirá como componentes fundamentais no apoio ao envolvimento, à informação e ao diálogo.

Mecanismos de monitoramento participativo devem incluir as diversas partes interessadas (incluindo mulheres, minorias locais, grupos marginalizados, etc.). Os relatórios de progresso devem ser disponibilizados a todos os cidadãos regularmente.

Deve ser estabelecida uma manutenção sistemática e da implementação dos 'Indicadores Urbanos' "(como um Índice de Habitabilidade da Cidade) a nível nacional, com um foco especial sobre as medidas que respeitem a diversidade cultural e os diversos grupos sociais para alcançar a igualdade de gênero, cidades mais seguras, bem como promover e salvaguardar a cultura e a inclusão de migrantes e refugiados. "Indicadores Urbanos" (consulte *Urban Indicators Guidelines; Monitoring the Habitat Agenda and the Millennium Development Goals, 2004*) devem incluir:

- Porcentagem de representação de gênero em todos os mecanismos de participação
- Aumento / diminuição da segurança nas cidades
- Número e tipo de herança (ações de conservação de materiais e não-materiais realizadas)
- Os indicadores para avaliar o aumento de programas educacionais inclusivos com foco em cultura, inovação social, cidades mais seguras, recém-chegados, migrantes, refugiados e grupos desfavorecidos na sociedade em geral
- Número, tipo e qualidade das ações empreendidas para ajudar os migrantes e os refugiados





Uma vasta gama de aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais e físicos devem ser levados em conta para realizar a visão de cidades e municípios habitáveis para todos. A priorização das opções de política na Parte 3 impulsiona princípios, sistemas e ações que promovam: o envolvimento rigoroso das partes interessadas nos processos de tomada de decisão, integração da educação cultural e programas de capacitação do patrimônio cultural, a proteção dos meios de comunicação livres, comunicação e desenvolvimento de políticas de planejamento urbano e políticas de uso do solo que incluem migrantes, refugiados e assegurem ambientes construídos abertos, verdes, flexíveis, seguros e resilientes.

O alcance de tal visão deve ser apoiado através do estabelecimento de recomendações de políticas claras e diretrizes para o desenvolvimento, monitoramento e avaliação de políticas. Isto implica um conjunto de indicadores. Estes indicadores devem visar medir: a gestão de programas e a implementação de políticas; a identificação de boas práticas e conhecimento compartilhado, e; transparência, prestação de contas e inovação.

De acordo com estas prioridades, os seguintes desenhos de políticas, indicadores e mecanismos de monitoramento propostos servem para reforçar: a participação da comunidade; o planejamento e a formulação de políticas; desenho de políticas de cultura e patrimônio cultural; mídia e tecnologia; migração e grupos desfavorecidos; medidas de segurança e de combate à violência; formulação de políticas e financiamento e implementação. A tabela a seguir fornece diretrizes para a formulação de políticas e monitoramento com indicadores sugeridos (processo e indicadores estruturais).





Categoria	Desenvolvimento	Indicadores	Monitoramento
5.1 Participação comunitária	As autoridades nacionais, regionais e locais criam orientações políticas e métricas para introduzir, integrar e fortalecer a participação da comunidade na elaboração de políticas públicas urbanas, desenho e implementação.	<ul style="list-style-type: none"> -Número de mecanismos de participação da comunidade e órgãos de decisão, como conselhos, comitês, comissões, conselhos e coligações desenvolvidas e suportado pelas autoridades anualmente. -Número de mulheres, membros da comunidade de baixa renda, populações com deficiência e outros grupos vulneráveis representados em mecanismos participativos e órgãos de decisão. -Número de reuniões públicas, sessão de debate de ideias durante os processos de concepção e implementação de políticas -Número de processos colaborativos direcionados à comunidade apoiada por autoridades nacionais, regionais e locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios trimestrais sobre os indicadores para medir o progresso de mecanismos de participação - Os relatórios anuais sobre os resultados gerados pelos indicadores para assegurar a devida documentação e transparência - Indicadores atualizados anualmente para assegurar a relevância e coerência com os valores da comunidade
5.2 Planejamento e Elaboração de políticas	Criação de indicadores urbanos e sociais com base em um índice de habitabilidade (inclusive da igualdade de gênero e da segurança nas cidades)	<ul style="list-style-type: none"> -Número de índices de habitabilidade urbana criadas, adaptadas ao contexto local e adotadas localmente por cidades e vilas -Número de programas inclusivos de educação com foco na cultura, inovação social, cidades mais seguras, os recém-chegados, migrantes, refugiados e dos grupos marginalizados como um todo -Número, tipo e qualidade das ações empreendidas para ajudar os migrantes e 	Relatórios trimestrais sobre as cidades e vilas que têm adotado um índice de habitabilidade



		<p>integração dos refugiados em cidades e vilas</p> <ul style="list-style-type: none"> -Número de indicadores sociais, como a saúde, educação, crime e ambiente físico integrada nas políticas urbanas 	
<p>5.3 Cultura e Desenho da Política do Patrimônio Cultural</p>	<p>Inventários completos e mapeamentos, detalhados de patrimônio cultural a serem empreendidos com a participação de comunidades locais para identificar lugares significativos diversos, além de edifícios e paisagens protegidas tipicamente listadas por agências nacionais e estatais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inventários completos e mapeamento, detalhados do patrimônio imaterial a serem realizados com a participação das comunidades locais para identificar uma diversidade de práticas e conhecimentos, e incluí-las em todos os planos de desenvolvimento para as cidades sustentáveis - Aumentar a consciência dos cidadãos (em especial os jovens e os recém-chegados) e valorização do patrimônio cultural de suas cidades e regiões - O conhecimento local, patrimônio material e imaterial, e medidas para 	<ul style="list-style-type: none"> -Número de programas de educação e capacitação do patrimônio cultural desenvolvidos e implementados - Inventários participativos e mapeamentos do patrimônio cultural, regulares nas cidades e vilas - Número de espaços públicos formais e informais em cidades e municípios - Inventários de patrimônio cultural material e imaterial publicados e amplamente distribuídos - O número de violações sobre a destruição do patrimônio cultural - Número de programas de educação inclusivos com foco na cultura, inovação social, cidades mais seguras, os recém-chegados, migrantes, refugiados e dos grupos marginalizados como um todo - Avaliações de Patrimônio e impacto cultural, realizado rotineiramente para propostas de desenvolvimento - O acesso a todos os tipos de atividades culturais (tais como museus, teatros, festivais) deve ser melhorado reduzindo drasticamente o preço de 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório anual de uso de solo e desenvolvimento para incluir o crescimento ou declínio de sítios do patrimônio cultural - Inventários devem ser regularmente atualizados e sua distribuição avaliada - Monitorar o aumento no percentual de grupos de baixa/nenhuma renda que participam em atividades culturais - Monitorar o impacto do turismo sobre o patrimônio cultural, a fim de garantir a sua sustentabilidade, impedindo a destruição dos bens culturais das cidades através da sua utilização excessiva ou mercantilização



	<p>promover a criatividade devem ser incluídos em todos os planos de desenvolvimento urbano</p> <ul style="list-style-type: none">- Aplicar a legislação e definir medidas punitivas substanciais para parar a destruição intencional do patrimônio cultural e lugares de valor cultural, incluindo paisagens, áreas verdes, independentemente de se eles são de gestão privada ou publicamente.- Desenvolver planos de desenvolvimento urbano estratégicos, que indicam claramente todos os bens culturais, incluindo edifícios, sítios e paisagens, e esclarecer direitos de posse dos povos indígenas, afirma direitos tradicionalmente comuns de acesso, etc. e fazer cumprir a proteção, respeito e preservação de tais valores culturais- Avaliar infraestruturas culturais acessíveis, descentralizadas e com bons recursos, incluindo museus e monumentos, mas também escolas de arte, bibliotecas, teatros e atividades socioculturais ocasionais, como festivais a nível da cidade e de vizinhança	<p>eventos (certamente aqueles subsidiados por fundos públicos), de modo a promover a participação dos grupos de baixa/nenhuma renda</p> <ul style="list-style-type: none">-O número de projetos de desenvolvimento destinados a melhorar a vida cultural da cidade	
--	--	---	--



	<ul style="list-style-type: none">- Estabelecer programas de formação para professores da rede pública e líderes comunitários para aplicar os planos- Estabelecer programas de reconstrução pós-desastre que capitalizam e reforçam práticas locais- Estimular as instituições educacionais públicas para estabelecer programas de "Arte e Cultura" . Estes programas são idealmente negociados entre as comunidades locais (pessoas, do governo local e da sociedade civil) e as autoridades educacionais (local e nacional)		
5.4 Meios de comunicação e Tecnologia	<ul style="list-style-type: none">- Apoiar a promoção de meios de comunicação locais (estações de TV, rádio comunitária, imprensa local, internet), que criam o real "significado local" para os cidadãos- Estimular a abertura e independência dos meios de comunicação locais, de modo a manter uma diversidade de fontes de informação e opiniões- Estabelecer medidas de controle para garantir que tais meios de comunicação locais reflitam e analisem processos	<ul style="list-style-type: none">- Acesso anualmente relatado e registrado e aumento do uso dos meios de comunicação sociais, em particular por parte de grupos desfavorecidos- Número e diversidade de meios de comunicação da comunidade local ativos- Avaliar a acessibilidade dos meios de comunicação sociais e tecnologias inovadoras em bibliotecas, centros comunitários, restaurantes populares em particular- Avaliar o aumento das atividades de inovação social, particularmente aquelas acessíveis aos	<ul style="list-style-type: none">- Avaliar a participação dos meios de comunicação local no desenvolvimento de metas e indicadores do patrimônio cultural e políticas de compartilhamento de conhecimento em base anual- O governo local ter publicado planos com dimensões urbanas culturais claras(detalhando o apoio às artes, a herança e para diversas atividades culturais)



	<p>urbanos de uma forma profissional e relevante</p> <ul style="list-style-type: none">- Promoção da diversidade por parte dos governos locais através de emissoras privadas e públicas, assegurando que a voz das pequenas emissoras atinja todos os cidadãos- Estes planos devem ser desenvolvidos para decisões de curto prazo, bem como para o planejamento de longo prazo. Além disso, esses planos incluem um programa de longo prazo para a arte contemporânea, a inovação e experimentação, com espaços adequados em todos os distritos urbanos e bairros. Além disso, irá incluir software livre e internet fornecida pelos governos locais- A liberdade de expressão, de imprensa e de acesso à informação de decisões públicas devem ser legalmente aplicadas	<p>jovens, as pequenas empresas, artistas e grupos desfavorecidos</p> <ul style="list-style-type: none">- Distribuição de planos de prevenção e resiliência e disseminação de informação sobre os mesmos através de diversos meios de comunicação- Aumento do número de programas de formação e processos de aprendizagem, e atualização da informação- Número de escolas, famílias, etc., que tenham sido ativamente informado sobre tais planos	<p>integradas nos planos globais de desenvolvimento.</p> <p>Os planos irão incluir a maneira em que os meios de comunicação locais são proativos e empregam novas tecnologias para incluir e impulsionar culturas locais na esfera pública de uma cidade e para atingir e envolver-se com uma variedade maior de cidadãos. Monitorar regularmente o aumento do uso e acesso, particularmente por pessoas idosas, grupos desfavorecidos, recém-chegados e grupos sociais muitas vezes esquecidos</p> <ul style="list-style-type: none">- Meios de comunicação locais independentes, não controlados pelo governo- Monitorar a liberdade de expressão e de imprensa, e acesso às informações de tomadas de decisões públicas- Estabelecer serviço de
--	--	---	--



			advogados/mediação caso violações ou monitoramento não produzirem resultados suficientes
5.5 Migrantes, refugiados, pessoas deslocadas e grupos desfavorecidos	Preparação do arcabouço jurídico, configuração e orientações institucionais por parte dos países e governos/prefeituras locais para melhorar a assistência aos migrantes, refugiados/deslocados e os grupos desfavorecidos	<ul style="list-style-type: none"> -Número de arcabouços institucionais/legais e diretrizes em vigor e operacional - Publicar orçamento e outras formas de assistência para o acolhimento de deslocados/refugiados que as prefeituras recebem (apoio financeiro e instalações necessárias) do estado - Publicar anualmente o conjunto institucional e programas de apoio para os migrantes e refugiados e, mostrar o aumento percentual - Publicar percentual de desemprego de migrantes e refugiados e compará-lo com a média total na cidade e município - Avaliar o número de refugiados/migrantes que vivem em áreas/estruturas informais - Avaliar o acesso a provisões de serviços públicos - água potável, sistema de esgoto, gás/aquecimento, eletricidade, etc. da população migrante/de refugiados - Percentagem Medida de refugiados/migrantes com acesso à educação acessível e unidades de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar e monitorar políticas e programas culturais para a sua inclusão, tendo em conta a promoção da igualdade de gênero - Priorizar estratégias para colocar a questão da igualdade de gênero no centro das políticas culturais: com vista a reconhecer, promover e aumentar a visibilidade e a situação das contribuições das mulheres para atividades culturais. Monitorar o número de jovens e grupos desfavorecidos que participam em atividades culturais e desenvolver medidas para melhorar a sua participação - Os refugiados e migrantes gozem dos mesmos direitos de emprego e renda que a população dominante média - Os refugiados e migrantes vivam em condições aceitáveis, não separados/isolados da população



			<p>principal, tenham serviços sociais básicos e utilitários suficientes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atualizar programas educacionais em todos os níveis para incluir questões sobre migração, deslocamento, refugiados, etc. no currículo, e aumentar essas questões em particular para todos os funcionários públicos, acadêmicos e profissionais que possam ter de lidar com esses grupos
<p>5.6 Segurança e Prevenção de Violência</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Preparar planos de prevenção e resiliência para lidar com desastres naturais e provocados pelo homem - Estabelecer programas de práticas de reconstrução pós-desastre que capitaliza e reforça as práticas locais (tradicionais e recém-desenvolvidos localmente) - Medidas de cidades mais seguras são adotadas e integradas a todos os esforços de planejamento urbanos futuros. Estes incluem a resiliência, prevenção e mitigação de desastres, locais públicos mais seguros, a polícia e a vigilância da comunidade, promoção de 	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição de planos de resiliência e prevenção e divulgação de informação sobre esses planos através de diversos meios de comunicação - Número de programas de formação e processos de aprendizagem, especificamente sobre resiliência e prevenção de desastres - Tipo e locais de crimes são registrados e publicados regularmente - Percentual da força policial e de segurança treinada em recursos humanos mostrando melhorias anuais - Secção de recursos humanos consta no código de conduta das forças políticas e de segurança - Percentual de redução em relatórios sobre a 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicativo de monitoramento e atualização de todos os planos de prevenção de desastres e resiliência - Monitorar criação de departamentos de recursos humanos; número de comunicados de tortura e ou mortes e o número de cursos de formação implementadas na política e academias militares - Fazer do relatório de crimes uma ferramenta fácil e acessível para monitorar a evolução



	<p>informação sobre a violência, particularmente em relação às mulheres, crianças e em geral para grupos desfavorecidos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de banco de dados precisos sobre vários tipos de crimes 	<p>violência e ou mortes mostrando melhorias anuais</p>	
<p>5.7 Financiamento e implementação do desenvolvimento de políticas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Os governos locais tenham de incluir um mínimo do 3% do orçamento para artes e atividades culturais, com informações públicas claras e transparentes, e monitoramento das prestações de contas realizadas por meio de avaliações não-políticas e independentes no seio da sociedade civil local - Inclusão de medidas rigorosas para respeitar e proteger o patrimônio cultural de todos os concursos públicos e desembolso de fundos públicos - A especulação fundiária por parte das autoridades públicas e promotores privados é desencorajada, de modo a controlar os preços de terra e aluguel, tendo em vista aumentar a acessibilidade à infraestrutura básica e serviços para pessoas carentes em áreas urbanas - Incentivar altamente a responsabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Publicar orçamento público gasto em artes, atividades criativas, etc. e os métodos de distribuição - Incluir os esforços para aumentar anualmente o orçamento para habitação e atividades ligadas cultura - Publicar contribuição privada e patrocínio de artes e atividades criativas, e seu aumento anual - Fazer um balanço e publicar amplamente a variedade de novas iniciativas socioeconômicas (inventário mensal) - Aluguel e vendas são verificados regularmente para se corresponder com a inflação e aumentos excessivos são indicados e questionados/investigados - Preços de terras, preços de venda e aluguel de imóveis são publicados regularmente - Publicar orçamentos especificamente alocados para acolher refugiados e deslocados internos 	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorar todos os concursos públicos para incluir todos os mencionados acima como critérios de avaliação. - Monitorar a eficiência do (micro)financiamento - Controlar todos os gastos públicos, de modo a garantir o aumento efetivo e divulgação de atividades sociais e culturais, tanto formal como informal. Tal eficácia não deve ser baseada principalmente na eficiência econômica, mas na criatividade, efeito multiplicador e divulgação para grupos desfavorecidos - Monitorar o número de refugiados e deslocados internos, o orçamento empregado no acolhimento dos grupos e as



	<p>social das empresas e promover vários tipos de inovação social, dando especial atenção a iniciativas de iniciantes, por empresas não exclusivamente de fins lucrativos, pelos recém-chegados, e por modos de produção/distribuição/reuso que visam a conservação de recursos de forma mais sustentável</p> <ul style="list-style-type: none">- Fornecer apoio financeiro para as cidades que acolhem os refugiados e os deslocados internos com serviços básicos adicionais- Solicitar patrocínio e assistência da comunidade empresarial privada para apoiar programas para refugiados e deslocados internos		<p>mudanças</p> <ul style="list-style-type: none">- Em números e em serviços básicos prestados
--	---	--	--



6. CONCLUSÕES

A Nova Agenda urbana é uma oportunidade de moldar social, cultural, econômica e politicamente cidades inclusivas. Avançando a partir de vistas passadas de cidades como problemas, as cidades devem ser consideradas como configurações espaciais dinâmicas que proporcionam oportunidades para que todos possam se envolver na formação deles e para a realização das suas aspirações. Enfatizamos a necessidade de reconhecer o patrimônio material e imaterial, como parte do 'camadas' das cidades e formas urbanas, significados e identidades. Ao mesmo tempo, contemporânea, criativa e voltada para o futuro, abordagens inovadoras são necessárias para uma melhor integração da cultura com o desenvolvimento sustentável. A Nova Agenda Urbana apresenta uma oportunidade para desenvolver de forma consistente e sistemática processos de planejamento, desenho e de decisão política, que levarão a paradigmas de desenvolvimento urbano culturalmente sensíveis, centrados nas pessoas e inclusivos.

Portanto, o planejamento e desenho das cidades e das suas políticas urbanas devem:

6.1 Promover cidades centradas nas pessoas

- Capacitar e permitir que diferentes grupos sociais para superar as desigualdades e vulnerabilidades para tornar todos os cidadãos agentes ativos e participantes da vida urbana sistêmicas e institucionais
- Atividades baseadas em cultura e diversidade cultural para estimular a interação social e envolvimento da comunidade no lugar de tomada
- Humanizar cidades através da cultura para melhorar a sua habitabilidade e capacitar as pessoas para se conectar com suas comunidades e moldar seus ambientes urbanos
- Vivacidade cultural torna cidades e espaços urbanos significativos para as pessoas aumentam a interação social e habitabilidade. Por sua vez, as cidades que são ricos em infraestrutura social e espaços públicos nutrir a produção e consumo cultural.

6.2 O Objetivo é a redução da pobreza

- Salvaguarda e nutrir meios de subsistência baseados na cultura tradicional e contemporânea
- Ajudar a aliviar a pobreza e gestão de transições econômicas, melhorando os bens culturais e potencial humano das cidades
- Apoiar a diversidade de atividades econômicas formais e informais, interações sociais, as formas culturais e práticas, mecanismos de governança, arranjos espaciais, soluções de habitação e serviços de infraestrutura.

6.3 Promover cidades seguras e inclusivas.

- Assegurar ambiente seguro nas cidades para que todos, incluindo mulheres, marginalizadas, vulneráveis e pessoas deslocadas podem viver, trabalhar e participar na vida urbana de cidades sem medo de violência e intimidação
- Construir sobre a diversidade da cultura e do patrimônio para promover a paz e o diálogo intercultural e combater a violência urbana.





6.4 Desenvolver ambientes construídos de forma sustentável

- Nutrir e promover a diversidade cultural e criatividade na identidade, expressões, ambiente construído, o desenvolvimento urbano, regeneração e reutilização adaptativa
- Assegurar o acesso à infraestrutura básica e habitação a preços acessíveis para todos os moradores urbanos, incluindo os pobres, as mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência, marginalizados e comunidades vulneráveis, como os migrantes, a fim de permitir a diversidade cultural para que as pessoas podem ser produtores culturais ativos e consumidores
- Ajudar a criar espaços públicos mistos, tanto formalmente desenhada coma projetada, bem como aqueles que se tornam espaços públicos informais que proporcionam oportunidades necessárias para a integração social e da cultura atividades baseadas. Uma variedade de locais públicos são necessárias nas cidades para melhorar a habitabilidade e para alavancar a cultura e criatividade para promover a coesão social e à participação na tomada de decisão urbana

6.5 Incentivar políticas de inclusão e governança urbana

- Garantir que provisões estatutárias e legais sejam introduzidas e aplicadas em uma abordagem baseada nos direitos humanos para permitir cidades socialmente inclusivas e culturalmente vibrantes.
- Fortalecer o compromisso com as resoluções pertinentes das Nações Unidas.
- Melhorar a governança urbana, permitindo e fortalecendo a participação e envolvimento de todos os grupos de moradores nos processos de tomada de decisão de identificar os desafios e potencialidades para avaliar e monitorar intervenções.
- Promover o investimento em infraestrutura social e cultural em várias escalas que promovem interações sociais e salvaguarda o patrimônio cultural material e imaterial e práticas criativas.

Em linha com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e particularmente o ODS 11 sobre cidades sustentáveis e a meta 11.4, a Nova Agenda Urbana deverá integrar as recomendações políticas acima referidas para aproveitar o poder dos quadros socioculturais para cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.





REFERÊNCIAS

Adamo, S. B. (2010). Environmental migration and cities in the context of global environmental change. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 2(3), 161-165.

Ampudia, L. (2013) “Empleo y estructura Económica en el contexto de la crisis económica en Ciudad Juárez: las amenazas de la pobreza y la violencia” en *La Realidad Social y las violencias*. Ciudad Juárez. Coord. Laurencio Barraza – Hugo Almada Edit. CONAVIM, UACJ, INSIDE SOCIAL, EDO CHIH. México enero 2013 ISBN 978-607-8840-11-5 de la pág.93 a la 138.

Ampudia, L. and Camberos M. (2016) *Mercado laboral: Ocupación, salarios e informalidad* (coords.) Primera edición, 2016 Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, colaboraciones de la Universidad Autónoma de Coahuila, Centro de Investigaciones de la Alimentación y el Desarrollo, Sam University, Universidad Autónoma Metropolitana. México.

Betts, A., Bloom L., Kaplan J., and Omata N. (2014) *Refugee Economies: Rethinking Popular Assumptions*, Oxford: University of Oxford Humanitarian Innovation Project.

Beyani, C. (2014) Report of the Special Rapporteur on the human rights of internally displaced persons. New York, United Nations General Assembly A/69/295

Black, R., Adger, W. N., Arnell, N. W., Dercon, S., Geddes, A., & Thomas, D. (2011). The effect of environmental change on human migration, *Global Environmental Change*, 21, S3-S11.

Callon, M., 1999. “The Role of Lay People in the Production and Dissemination of Scientific Knowledge”, *Science, Technology & Society* 4(1), 81-94.

Collins, T. W., Grineski, S. E. and Aguilar, M.L.R. (2009) “Vulnerability to environmental hazards in the Ciudad Juarez (México)–El Paso (USA) metropolis: A model for spatial risk assessment intransnational context” *Applied Geography* Vol. 29(3): 448-461.

Crawford, N., Cosgrave, J., Haysom, S. and Walicki, N. (2015), *Protracted displacement: uncertain paths to self-reliance in exile*, London: Overseas Development Institute.

Dessein, J., K. Soini, G. Fairclough and L. G. Horlings (Eds.). (2015, May). *Culture in, for and as Sustainable Development: Conclusions from the COST Action IS1007 Investigating Cultural Sustainability*. Finland: University of Jvaskyla.

Dias, S. (2015) *Hybrid Economies, Hybrid Cities –Key to the Future of Places*. In: *Future of Places Conference*, Stockholm, 2015.

Duneier, M. and Carter, O. (1999), *Sidewalk*. New York: Farrar, Straus and Giroux.

Duxbury, N. (2014). *Culture and sustainability: How new ways of collaboration allow us to re-think our cities [English] / Cultura y sostenibilidad: Cómo las nuevas formas de colaboración permiten*





replanteamos nuestras ciudades [Spanish]. Observatorio Cultural (Cultural Observatory), National Council for Culture and the Arts of Chile. <http://www.cultura.gob.cl/observatorio19/>

Duxbury, N. (Ed.) (2013). Animation of Public Space through the Arts: Toward More Sustainable Communities. Coimbra: Almedina.

Duxbury, N., and Jeannotte, M. S. (2015). Making it real: Measures of culture in local sustainability planning and implementation. In M. Badham, L. MacDowall, E. Blomkamp and K. Dunphy (Eds.), Making Culture Count: The Politics of Cultural Measurement (pp. 145-161). Hampshire, UK: Palgrave Macmillan.

Duxbury, N., and Jeannotte, M. S. (2012). Including culture in sustainability: An assessment of Canada's integrated community sustainability plans. International Journal of Urban Sustainable Development, 4(1), 1-19.

Duxbury, N., Cullen, C. and Pascual, J. (2012). Cities, culture and sustainable development. In H. K. Anheier, Y. R. Isar and M. Hoelscher (Eds.), Cultural Policy and Governance in a New Metropolitan Age (pp. 73-86). The Cultures and Globalization Series, Vol. 5. London: Sage.

Duxbury, N., Hosagrahar, J., and Pascual, P. (2016), "Why must culture be at the heart of sustainable urban development?", Barcelona, Agenda 21 for culture, United Cities and Local Governments.

Falser, M., & Juneja, M., (2013) Kulturerbe und Denkmalpflege Transkulturell. Grenzgänge zwischen Theorie und Praxis, 2013, Transcript Verlag, Bielefeld.

Fung, A. & Wright, E.O. (2001). Deepening Democracy: Innovations in Empowered Participatory Governance. In: Politics & Society, Vol.29 No 1, March 2001, 5-41.

Girard, L. F. (2011). Creativity and the human sustainable city: Principles and approaches for nurturing city resilience. In L. F. Girard, T. Baycan, and P. Nijkamp (Eds.), Sustainable City and creativity: Promoting Creative Urban Initiatives (pp. 55-96). London: Ashgate

Gosse, M. (2011) Le Tiers-Livre de l'Architecture, éditions UNIBOOK, Bruxelles.

Harvey, David (2005) "El "nuevo" imperialismo: Acumulación por desposesión, Socialist register 2004 (enero 2005). Buenos Aires: CLACSO.

Hawkes, J. (2001). The Fourth Pillar of Sustainability: Culture's Essential Role in Public Planning. Melbourne: Common Ground.

Hawkes, J. (2013). Shaping policies: Culture-sensitive and context-based policies in sustainable development. Address at the Hangzhou International Congress, "Culture: Key to Sustainable Development," May 15-17, 2013, Hangzhou, China.

Hooper, A. (Ed.). (2005). Culture and Sustainable Development in the Pacific. Canberra: ANU ePress and Asia Pacific Press.





Hosagrahar, J. (2012). Culture: A Driver and an Enabler of Sustainable Development. Thematic Think Piece for UNESCO. UN System Task Team on the Post-2015 UN Development Agenda.

Hosagrahar, J. (2012a). Integrating Culture and Development: Framing UNESCO's Engagement with Culture and Development. Paris: UNESCO.

Hosagrahar, J. (2013). "Culture's contribution to achieving sustainable cities." Background Note 3A-C for Culture: Key to Sustainable Development, Hangzhou International Congress, Hangzhou, China. <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/images/SustainableCitiesFinalENG.pdf>

Hosagrahar, J. (2014). Recommendation on historic urban landscapes: Relevance in India. Context: Built, Living, Natural, 10(2), Winter/Spring, pp. 19-26. 10th Anniversary Issue on World Heritage.

Hosagrahar, J. (2016, forthcoming). A history of heritage conservation in city planning. In C. Hein (Ed.), Planning History Handbook. New York, London: Routledge.

Hosagrahar, J. with Hayashi, N. (2013). "Cultural approaches to addressing poverty." Background Note 2A for Culture: Key to Sustainable Development, Hangzhou International Congress, Hangzhou, China. <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/images/CulturePovertyWellbeingENG.pdf>

Hosagrahar, J., Fusco Girard, L., Soule, J., and Potts, A. (2016). Cultural Heritage, the UN Sustainable Development Goals, and the New Urban Agenda: ICOMOS Concept Note on Cultural Heritage and Sustainable Development. Paris: ICOMOS.

Hristova, S., M. Dragičević Šešić, and N. Duxbury (Eds.). (2015). Culture and Sustainability in European Cities: Imagining Europolis. London: Routledge.

International Federation of Arts Councils and Cultural Agencies (IFACCA), United Cities and Local Governments (UCLG), Committee on Culture, International Federation of Coalitions for Cultural Diversity, and Cultural Action Europe. (2013). Culture as a Goal in the Post-2015 Development Agenda. <http://media.ifacca.org/files/cultureasgoalweb.pdf>.

IOM (2015) World Migration Report: New Partnerships to Manage Mobility. Switzerland: International Organisation for Migration.

IOM, ESCAP, ILO, UNAIDS, UNDP, UNFPA, UNICEF, UNIFEM (2008) Situational report on the international migration in East and South-East Asia. Bangkok, Regional Thematic Working Group on Migration including Human Trafficking.

Jacobsen, K. (2006). Refugees and asylum seekers in urban areas: a livelihoods perspective. Journal of Refugee Studies, 19(3), 273-286.





Kirchberg, V., and S. Kagan (Eds.) (2013). *City, Culture and Society*, 4(3). Special issue on “The Sustainable City and the Arts.”

Leonie Sandercock (2003). *Cosmopolis II: Mongrel Cities in the 21st Century*. London: Continuum.

Lerner, J. (2014), *Urban Acupuncture*, 2014, Washington DC: Island Press.

Llera, Francisco (2015) “Ciudad e interacción urbana” Bases teórico –prácticas para los estudios urbanos, Cd. Juárez, Chihuahua, México.

Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. E. (1993). Theories of international migration: A review and appraisal. *Population and development review*, 431-466.

McDowell, C., & De Haan, A. (1997). Migration and sustainable livelihoods: A critical review of the literature. IDS (Institute of Development Studies) Working Paper 65.

Meyer-Bisch, P. (2013). Cultural rights within the development grammar. *Agenda 21 for Culture*. Barcelona: United Cities and Local Governments (UCLG).

Moulaert, Frank, et al. (eds) (2013), *The International Handbook on Social Innovation*. CheltenhamUK & Northampton USA : Edward Elgar Publishing.

Muggah, R. (2012), *Researching the Urban Dilemma: Urbanization, Poverty and Violence*, Ottawa:International Development Research Centre (IDRC).

Nadarajah, M., and A. T. Yamamoto. (Eds.) (2007). *Urban Crisis: Culture and the Sustainability of Cities*. Tokyo: United Nations University Press.

OECD (2014) *Is migration good for the economy? Migration Policy Debates No. 2* . Paris: OECD.

Ostendorf, Y. (2015, August). “Creative Responses to Sustainability: Cultural Initiatives Engaging with Social and Environmental Issues “ , Singapore Guide. Singapore: Asia-Europe Foundation.

Padilla, Héctor; Olivas César; Alvarado Leobardo (2014). “Ciudad Juárez y la necesidad de política, de la ciudad real a la ciudad ideal” Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, Primera edición, Ciudad Juárez, Chihuahua, México, <http://www2.uacj.mx/publicaciones/>

Pascual, J. (2006). Exploring local policies for cultural diversity. In *Local Policies for Cultural Diversity*. UCLG-Agenda 21 for culture, Report no. 1.

Pascual, J. (2009). Culture and Sustainable Development: Examples of Institutional Innovation and Proposal of a New Cultural Policy Profile. UCLG-Agenda 21 for culture, Report 4.

Sen, A. (2000). Culture and Development. World Bank Tokyo Meeting, December 13, 2000.

http://info.worldbank.org/etools/docs/voddocs/354/688/sen_tokyo.pdf.





Shaheed, F. (2014). Reflections on culture, sustainable development and cultural rights. International Award UCLG - City of Mexico - Culture 21, UCLG. http://www.agenda21culture.net/images/a21c/awards/winners/art_FS2_ENG.pdf.

Shields, R., (2013) Spatial Questions: cultural topologies and social spatialisations. London : SAGE Publications.

Soini, K., and I. Birkeland. (2014). Exploring the scientific discourse on cultural sustainability. *Geoforum*, 51: 213-223.

UNESCO. (2013). The Hangzhou Declaration: Placing Culture at the Heart of Sustainable Development Policies. Paris: UNESCO. Adopted in Hangzhou, People's Republic of China, May 17, 2013

UNESCO. (2014). Culture for Development Indicators: Methodology Manual. Paris: UNESCO

UNESCO. (2015). Culture: Key to a successful transition towards the sustainable development goals. News release, 10 July 2015. Available at: http://www.unesco.org/new/en/media-services/singleview/news/culture_key_to_a_successful_transition_towards_the_sustainable_development_goals/#.VaUrhMYTfg

UNESCO. (2015). Hangzhou Outcomes on Culture for Sustainable Cities. Outcome document of UNESCO International Conference on Culture for Sustainable Cities, Hangzhou, China, November 2015.

UNESCO. (2016, forthcoming). Global Report on Culture for Sustainable Urban Development: Report for UN Habitat III. Paris: UNESCO.

UN-Habitat and CAF (2014) Construction of More Equitable Cities: Public Policies for Inclusion in America Latina, Nairobi and Caracas, <http://unhabitat.org/books/construction--of--more--equitable--cities>.

United Cities and Local Governments (UCLG). (2010). Culture: Fourth Pillar of Sustainable Development. Policy Statement approved by the UCLG Executive Bureau, Mexico City, 17 November 2010.

United Cities and Local Governments (UCLG). (2015). Culture 21: Actions? Commitments on the Role of Culture in Sustainable Cities. Approved at the first Culture Summit of the UCLG, Bilbao, 18-20 March 2015.

United Nations (2008), United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples. 07-58681-March 2008 -4,000.

United Nations Conference on Human Settlements (Habitat II). (1996). The Habitat Agenda: Istanbul Declaration on Human Settlements. Available at: <http://www.un-documents.net/hab-ag.htm>





United Nations Task Team on Habitat III. (2015, May). Habitat III Issue Paper 4 – Urban Culture and Heritage. New York, 31 May 2015. http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2015/04/Habitat-III-Issue-Paper-4_Urban-Culture-and-Heritage-2.0.pdf

United Nations. (2014). Open Working Group proposal for Sustainable Development Goals. <https://sustainabledevelopment.un.org/focussdgs.html>

Vázquez-Angulo Gilberto; et. al. (2012) “Characterizing climate changes risks and informing adaptation strategies in the Ciudad Juárez-El Paso metropolitan region based on spatial analyses of extreme heat-vegetation abundance-population vulnerability relationships” en “Dinámicas locales del cambio ambiental global”; Erick Sánchez y Rolando E, Díaz Coord. Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, Chih, México.

Verschure, H. (2016) “The Productive City”, key-note, ISOCARP International Conference Antwerp+Rotterdam, 2015, published in Dutch version in RUIIMTE, VRP (Journal of Flemish Spatial Planners), 2016, Brussels.

Verschure, H., Tuts, R., and al. (eds) (2004) Urban Dialogues, Visions, Projects, Co-productions. Localizing Agenda 21. Leuven, Brussels & Nairobi: KU Leuven & UNHABITAT & Belgian Development Co-operation, WHO&UN Habitat, 2010 Hidden Cities: Unmasking and overcoming health inequities in urban.

WHO&UN Habitat, 2010 Hidden Cities: Unmasking and overcoming health inequities in urban settings. http://www.who.int/kobe_centre/publications/hidden_cities2010/en/

LINKS RELEVANTES

<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/images/CulturePovertyWellbeingENG.pdf>

https://huairou.org/sites/default/files/Resilient%20Women_web.pdf. Commission, 2015. New York, USA.

<http://wiego.org/resources/inner-thekwini-regeneration-and-urban-management-programme-it-rump-warwick-junction-experie>

<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=15864&LangID=E>

PU2 HABITAT III POLICY

http://www.agenda21culture.net/images/a21c/articles/documentos/newA21C_Lucina_Jimenez_Eng.pdf

http://www.agenda21culture.net/images/a21c/bones_practiques/pdf/MEDELLIN-ENG_def.pdf

http://www.agenda21culture.net/images/a21c/bones_practiques/pdf/VAUDREUIL-DORIONENG.pdf





http://www.agenda21culture.net/images/a21c/articles/documentos/Culture_SD_cities_web.pdf

http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Chikarmane_WIEGO_PB8.pdf

http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Dias_WIEGO_PB3.pdf

http://www.agenda21culture.net/images/a21c/articles/documentos/Culture_SD_cities_web.pdf

<http://www.culturalsustainability.eu/conclusions.pdf>

<http://www.agenda21culture.net/images/a21c/articles/documentos/a-PatriceMeyer-BischNewA21C-ENG.pdf>

http://culture360.asef.org/wpcontent/blogs.dir/1/files/2015/11/Sustainability_SG_Guide_Web_151_120.pdf

<http://www.agenda21culture.net/index.php/docman/agenda21/17-report1exenpdf/file>

<http://www.agenda21culture.net/index.php/docman/agenda21/17-report1exenpdf/file>

<http://www.agenda21culture.net/index.php/docman/agenda21/241-report4full>

http://info.worldbank.org/etools/docs/voddocs/354/688/sen_tokyo.pdf

http://www.agenda21culture.net/images/a21c/awards/winners/art_FS2_ENG.pdf

http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_en.pdf

Documento traduzido livremente por Eth Ludmilla Rodrigues e Jose Castelao Lopez, através da plataforma UNV online (www.onlinevolunteering.org). Revisão técnica gentilmente realizada por Jackson Rodrigues Nascimento. Coordenação Laura Collazos, ONU-Habitat/ROLAC.

